Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de junho de 2022

Demonstrações financeiras intermediárias Em 30 de junho de 2022

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	
Demonstrações financeiras intermediárias	
Balanços patrimoniais	11
Demonstrações de resultados	
Demonstrações dos resultados abrangentes	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	
Resumo do relatório do Comitê de Auditoria	

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à vossa apreciação em cumprimento às disposições legais e estatutárias as Demonstrações Financeiras Intermediárias, referentes à MAPFRE Vida S.A. relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. As referidas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.

A pandemia e seus impactos

As medidas restritivas adotadas pelas autoridades de todo o mundo fizeram com que milhares de pessoas perdessem suas rendas, deixando de atuar profissionalmente e socialmente. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia e ao crédito.

Nessa linha, mesmo enquadrada como serviço essencial, o GRUPO MAPFRE estabeleceu um Comitê de Crises, que permitiu rapidamente a adoção de medidas para preservar a saúde e a integridade de seus públicos e a continuidade de suas operações.

Desde o início da pandemia, por meio da *Fundación* MAPFRE, foram doados mais de 35 milhões de euros a 27 (vinte e sete) países, destinados à compra de suprimentos médicos e de saúde, à medidas de proteção ao emprego, à inclusão social e à promoção da pesquisa para vacina contra o coronavírus. No Brasil, em 2021, foi aportada um valor de R\$ 18,9 milhões para apoiar iniciativas de grande impacto social que beneficiaram mais de 297 mil pessoas durante a pandemia.

No primeiro semestre de 2022 foram doados R\$ 3,2 milhões para o desenvolvimento de projetos com foco em empregabilidade e empreendedorismo (com atenção especial às mulheres); desnutrição infantil e necessidades básicas de alimentação; educação e exclusão digital; e inclusão social, apoiando milhares de pessoas.

Considerado o bem-estar dos colaboradores foi adotado o trabalho remoto em modelo híbrido, respeitando grupos de risco e todos os protocolos sanitários.

Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos da Seguradora totalizaram R\$ 431,4 milhões no primeiro semestre de 2022, com aumento de R\$ 12,1 milhões, o que representa 2,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Sinistralidade

A taxa de sinistralidade da Seguradora no primeiro semestre de 2022 foi de 73,6%, reduzindo em 32,5p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, que estava afetada pelas indenizações relacionadas à Covid-19.

Despesas administrativas

No primeiro semestre de 2022, o índice de despesas administrativas sobre o prêmio ganho foi de 10,9%, que apresentou uma redução de 3,2p.p. em relação ao mesmo período de 2021. Já em valores absolutos as despesas administrativas totalizaram R\$ 43,1 milhões, uma

redução de R\$ 12,4 milhões comparado com o mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 55,5 milhões.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou R\$ 26,2 milhões no primeiro semestre, aumento de R\$ 9,2 milhões ou aumento de 54,4%, em relação ao mesmo período do ano anterior, impactado principalmente pelo aumento da taxa SELIC ao longo do primeiro semestre de 2022, refletindo positivamente nos títulos pós-fixados indexados à taxa SELIC e na alocação em títulos préfixados com *duration* de 3 anos.

Resultado do semestre

O resultado do semestre totalizou um lucro de R\$ 5,2 milhões no primeiro semestre, registrando um aumento de R\$ 88,8 milhões, em relação ao mesmo período do ano de 2021. O prejuízo de 2021 estava relacionado principalmente pelo efeito da COVID-19.

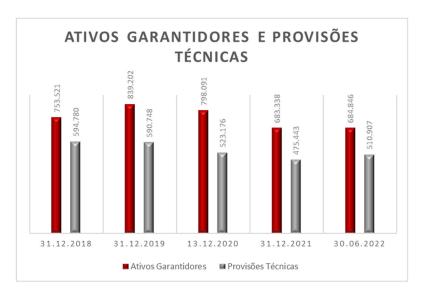
Índice combinado

O índice combinado (total de gastos com sinistros ocorridos, despesas de comercialização, despesas administrativas, resultado com operações de resseguro, despesas com tributos e outras receitas e outras despesas operacionais sobre os prêmios ganhos), no primeiro semestre, foi de 104,7%, redução de (34,8p.p.) em relação aos 139,5% do período de 2021. Esta variação decorre, diretamente da redução de 32,5p.p. do índice de sinistralidade.

O índice combinado ampliado do primeiro semestre, que inclui o resultado financeiro, foi de 98,1%, redução de (37,2p.p.) em relação aos 135,2% do mesmo período do ano anterior.

Liquidez

A Seguradora tem apresentado liquidez aos ativos garantidores oferecidos para cobertura das provisões técnicas nos últimos anos conforme demonstrado abaixo:



Controles internos

A área de Controles Internos tem como principal objetivo oferecer suporte ao negócio e às áreas operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável.

Periodicamente, são realizados testes de controles internos, que visam estar em conformidade com as normas regulatórias, dar confiabilidade às práticas adotadas, informando às áreas e aos Comitês os resultados obtidos. Os assuntos abordados nos testes

são: acompanhamento de novas regulamentações, atendimentos à fiscalização, prevenção à lavagem de dinheiro e à fraude, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processos.

Compliance

O GRUPO MAPFRE, com base na Lei nº 9.613/1998, de 3 de março de 1998, e alterações e, com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 612/2020, de 18 de agosto de 2020, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos.

O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos funcionários e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares, com reporte imediato ao Comitê de Auditoria Estatutário para acompanhamento.

Governança de dados e segurança da informação

Reafirmando o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes. Diante dos desafios da era digital das informações, além de garantir a segurança dos dados, governança e gestão da informação mais robusta e fortalecida tem sido um dos focos de atuação do GRUPO MAPFRE, alinhada à nova Lei Geral de Proteção de Dados – Lei n°13.709/2018, de 14 de agosto de 2018.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 29 de agosto de 2022.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Conselheiros e Diretores da MAPFRE Vida S.A. São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da MAPFRE Vida S.A. ("Seguradora") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Vida S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Seguradora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto

de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração das Provisões técnicas de seguros (PSL, IBNR, IBNeR e PPNG-RVNE) e do Teste de adequação de passivos

Veja as Notas nºs 3(j), 3(k), 19 e 22 das demonstrações financeiras intermediárias

Principal assunto de auditoria

A Seguradora mantém as seguintes provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2022: provisão de sinistros a liquidar (PSL), provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR) e provisão de prêmios não ganhos com riscos vigentes não emitidos (PPNG-RVNE). Para calcular o teste de adequação de passivos e mensurar as referidas provisões técnicas de seguro, a Seguradora utilizase de técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outros, expectativa de sinistros, taxas de desconto e análise da evolução dos prêmios emitidos. Consideramos o cálculo do teste de adequação de passivos e a avaliação da mensuração do das provisões técnicas de contratos de seguros citadas como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos e o julgamento envolvido na determinação da metodologia e premissas relevantes relacionadas.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de mensuração, aprovação e revisão dos cálculos do teste de adequação de passivos e das provisões técnicas de seguro de PSL, IBNR, IBNER e PPNG-RVNE;
- (ii) envolvimento de nossos especialistas atuariais com conhecimento e experiência no setor, que nos auxiliaram:
- na avaliação das metodologias e das premissas, tais como expectativa de sinistros, taxas de desconto e análise da evolução de prêmios emitidos, utilizadas na mensuração das provisões técnicas de seguro de IBNR, IBNeR e PPNG-RVNE e do teste de adequação de passivos, por meio do estabelecimento de um intervalo de melhor estimativa com base em premissas independentes ou derivadas das próprias informações históricas da Seguradora;
- na conferência da exatidão matemática das provisões técnicas de seguro de PSL, IBNR, IBNeR e PPNG-RVNE e do teste de adequação de passivos, com base em amostragem;
- no recálculo independente, por meio de utilização de métodos atuariais e ferramenta estatística, das estimativas das provisões de seguro de IBNeR, IBNR e PPNG-RVNE, incluindo a utilização de premissas independentes e técnicas atuariais geralmente aceitas; e
- na avaliação da suficiência das provisões técnicas (IBNR, IBNeR e PSL) por meio de comparação das estimativas históricas com os valores efetivamente observados.
- (iii) testes de precisão e integridade das base de dados de seguro de prêmios emitidos, sinistros

avisados e sinistros pagos, utilizadas para mensuração dessas provisões, conforme aplicável, incluindo o confronto destas bases com as bases analíticas suporte aos registros contábeis;

(iv) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas de seguro, como valores, ramos de seguros, datas de registro, período de vigência, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações suportes incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; e

(v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias consideram as informações relevantes.

Avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Veja as Notas nos 3(p) e 26(b) das demonstrações financeiras intermediárias

Principal assunto de auditoria

A Seguradora mantém créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2022, cuja realização está fundamentada em estudo técnico sobre prováveis lucros tributáveis futuros.

Para elaborar a expectativa de realização desses créditos tributários no referido estudo técnico, a Seguradora utiliza-se de estimativas de rentabilidade futura elaboradas a partir dos planos de negócios e orçamentos preparados pela Administração, que envolvem julgamento na determinação de premissas econômicas e de crescimento dos negócios. Consideramos a avaliação de realização dos créditos tributários relacionados a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos e o julgamento envolvido na determinação de prováveis lucros tributáveis futuro.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de elaboração, revisão e aprovação dos planos de negócio e orçamentos da Seguradora e do estudo técnico de realização dos créditos tributários.
- (ii) Obtenção do estudo atualizado de realização dos créditos tributários para a data-base de 30 de junho de 2022 e comparação com a expectativa de realização constante no estudo anterior, bem como o montante efetivamente realizado no período;
- (iii) Conferência da exatidação matemática dos cálculos incluídos no estudo técnico de realização dos respectivos créditos tributários; e
- (iv) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias consideram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

 Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediarias como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de agosto de 2022 KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Érika Carvalho Ramos

Contadora CRC 1SP224130/O-0

Balanços patrimoniais Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Circulante		487.886	431.534
Disponível	5	3.477	218
Caixa e bancos		3.477	218
Equivalente de caixa	5	1.124	7.323
Aplicações	6	300.865	272.717
Créditos das operações com seguros e resseguros		125.863	118.011
Prêmios a receber	7	103.451	91.566
Operações com seguradoras	8a	20.521	22.856
Operações com resseguradoras	9a	1.891	3.589
Outros créditos operacionais		8.921	3.137
Ativos de resseguro e provisões técnicas	9a	4.091	1.638
Títulos e créditos a receber		30.140	18.555
Títulos e créditos a receber		7.165	2.015
Créditos tributários e previdenciários	26b	22.199	15.886
Outros créditos		776	654
Outros valores e bens		96	51
Outros valores		96	51
Despesas antecipadas		443	1.453
Custos de aquisição diferidos	10	12.866	8.431
Seguros		12.866	8.431
Ativo não circulante		679.540	696.804
Realizável a longo prazo		645.287	665.618
Aplicações	6	383.981	410.622
Créditos das operações com seguros e resseguros		185	353
Prêmios a receber	7	185	353
Ativos de resseguro e provisões técnicas	9a	1.396	1.833
Títulos e créditos a receber		258.311	249.743
Créditos tributários e previdenciários	26b	254.205	245.759
Depósitos judiciais e fiscais	23a	4.106	3.984
Custos de aquisição diferidos	10	1.414	3.067
Seguros		1.414	3.067
Investimentos		653	3.700
Participações societárias		411	377
Imóveis destinados à renda	11	242	3.323
Imobilizado	12	3.080	57
Imóveis de uso próprio		3.042	-
Bens móveis		38	57
Intangível	13	30.520	27.429
Outros intangíveis		30.520	27.429
Total do ativo		1.167.426	1.128.338

Balanços patrimoniais Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Circulante		327.894	285.163
Contas a pagar		21.079	13.588
Obrigações a pagar	14	14.462	10.086
Impostos e encargos sociais a recolher		1.190	1.297
Encargos trabalhistas		1.729	1.261
Impostos e contribuições	15	3.698	944
Débitos de operações com seguros e resseguros		52.642	49.445
Prêmios a restituir		1	21
Operações com seguradoras	8b	17.796	19.489
Operações com resseguradoras	9b	4.292	3.680
Corretores de seguros e resseguros	16	26.783	23.163
Outros débitos operacionais	17	3.770	3.092
Depósitos de terceiros	18	4.596	9.308
Provisões técnicas – seguros	19	249.577	212.822
Danos		59	65
Pessoas		211.407	190.672
Vida individual		38.111	22.085
Passivo não circulante		284.990	280.149
Provisões técnicas – seguros	19	265.755	259.878
Pessoas		260.043	256.120
Vida individual		5.712	3.758
Outros débitos	23	19.235	20.271
Provisões judiciais		19.235	20.271
Patrimônio líquido	24	554.542	563.026
Capital social		595.166	505.166
Aumento de capital (em aprovação)		-	90.000
Ajustes de avaliação patrimonial		(44.945)	(31.273)
Lucros /Prejuízos acumulados		4.321	(867)
Total do passivo e patrimônio líquido		1.167.426	1.128.338

Demonstrações de resultados Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto o lucro/(prejuízo) líquido por ação)

	Nota	30/06/2022	30/06/2021
Prêmios emitidos	25b	431.403	419.262
(-) Variações das provisões técnicas de prêmios	25c	(35.465)	(25.151)
(=) Prêmios ganhos	25a	395.938	394.111
(-) Sinistros ocorridos	25d	(291.221)	(417.770)
(-) Custos de aquisição	25e	(62.962)	(61.799)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	25f	(9.525)	(11.538)
(+/-) Resultado com operações de resseguro	25g	(1.421)	(528)
(+) Receitas com resseguro		5.463	7.456
(-) Despesas com resseguro		(6.884)	(7.984)
(-) Despesas administrativas	25h	(43.101)	(55.546)
(-) Despesas com tributos	25i	(6.227)	(2.671)
(+) Resultado financeiro	25j	26.205	16.968
(+) Resultado patrimonial		36	1
(=) Resultado operacional		7.722	(138.772)
(=) Resultado antes dos impostos e participações		7.722	(138.772)
(-) Imposto de renda	26a	(1.968)	35.021
(-) Contribuição social	26a	(1.199)	21.013
(+/-) Participações sobre o resultado		633	(895)
(=) Lucro/(Prejuízo) líquido do semestre		5.188	(83.633)
(/) Quantidade de ações		55.471.444	46.325.103
(=) Lucro/(prejuízo) líquido por ação		0,09	(1,81)

Demonstrações dos resultados abrangentes Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	30/06/2022	30/06/2021
Lucro/ (Prejuízo) líquido do semestre	5.188	(83.633)
Outros resultados abrangentes	(13.672)	(33.298)
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(22.789)	(55.497)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	9.117	22.199
Resultado abrangente do semestre, líquido dos impostos	(8.484)	(116.931)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

			Reserv	as de lucros	-		
	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Reserva legal	Reserva de investimentos	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	415.166	-	21.251	69.610	20.300	-	526.327
Aumento de capital em aprovação processo nº 15414.615483/2021-90	-	90.000	-	-	-	-	90.000
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	(33.298)	-	(33.298)
Prejuízo no semestre	-	-	-	-	-	(83.633)	(83.633)
Saldo em 30 de junho de 2021	415.166	90.000	21.251	69.610	(12.998)	(83.633)	499.39 6
Saldo em 1º de janeiro de 2022	505.166	90.000	-	-	(31.273)	(867)	563.026
Aumento de capital processo nº 15414.615483/2021-90	90.000	(90.000)	-	-	-	-	_
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	· -	-	-	(13.672)	-	(13.672)
Lucro líquido no semestre	-	-	-	-	-	5.188	` 5.188́
Saldo em 30 de junho de 2022	595.166	-	-	-	(44.945)	4.321	554.542

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	30/06/2022	30/06/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro/(Prejuízo) líquido do semestre	5.188	(83.633)
Ajustes para:	320.737	404.489
Depreciação e amortização	2.787	3.136
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(3.668)	10.660
Custos de aquisição diferidos	(2.782)	2.008
Variações das provisões técnicas	323.612	444.574
Tributos diferidos	518	(55.891)
Outros ajustes	270	2
Variação nas contas patrimoniais:	(317.383)	(401.899)
Aplicações	(24.296)	71.638
Créditos das operações de seguros e resseguros	(3.970)	(34.294)
Ativos de resseguro e provisões técnicas	(2.016)	(36)
Créditos tributários e previdenciários	(6.160)	4.018
Outros valores e bens	(45)	(516)
Despesas antecipadas	1.010	(2.733)
Outros ativos	(11.056)	(1.784)
Depósitos judiciais e fiscais	(122)	9.591
Impostos e contribuições	8.112	(656)
Obrigações a pagar	4.376	(3.845)
Débitos de operações com seguros e resseguros	3.151	10.617
Depósitos de terceiros	(4.712)	(29.276)
Provisões técnicas seguros	(280.980)	(426.880)
Provisões judiciais	(1.036)	2.041
Outros passivos	361	216
Caixa gerado/ (consumido) pelas operações	8.542	(81.043)
Imposto de renda pago sobre o lucro	(3.343)	-
Contribuição social pago sobre o lucro	(2.015)	-
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	3.184	(81.043)
Pagamento pela compra:	(6.124)	(3.861)
Intangível	(6.124)	(3.861)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(6.124)	(3.861)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(•)	(0.001)
Dividendos pagos	_	(7.188)
Aumento de capital	_	90.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	-	82.812
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	(2.940)	(2.092)
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre	7.541	4.987
Caixa e equivalente de caixa no final do semestre	4.601	2.895

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

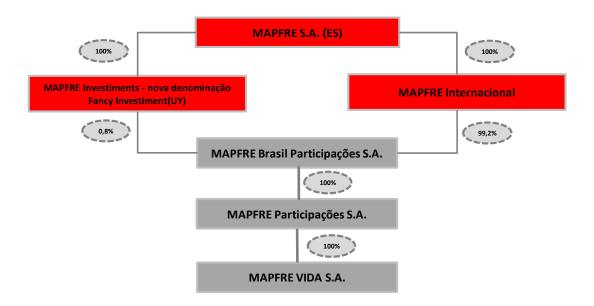
1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Vida S.A., doravante designada por "Seguradora", é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP a operar em seguros e cosseguros nos ramos de pessoas e vida, em todo o território nacional. O endereço registrado da Seguradora é Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 21º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - SP, CEP 04794-000 e está cadastrada no CNPJ sob o nº 54.484.753/0001-49.

A Seguradora é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades, com sede em Madrid. Espanha.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE.

Em 30 de junho de 2022, o GRUPO MAPFRE apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

a) Base de preparação

Em consonância com a Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, as demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2022 foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

Circular, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 21 - Demonstração Intermediária.

Essas demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Administração em 29 de agosto de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Comparabilidade

Em 30 de junho de 2021, a Seguradora reclassificou, os valores de Custo de Aquisição Diferidos e Tributos Diferidos, apresentados anteriormente como variação das contas patrimoniais, nos ajustes ao lucro líquido do semestre apresentado nas Demonstrações do fluxo de caixa. Essas reclassificações foram feitas, para melhor apresentação e comparabilidade. Tais mudanças não impactaram o fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais do semestre.

c) Continuidade

A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

d) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Seguradora é o Real.

e) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias; e *ii.* informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

- Nota 3f Classificação dos contratos de seguro;
- Notas 3j, 3k, 19 e 22 Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos;
- Nota 3a e 6 Aplicações e instrumentos financeiros;
- Notas 3l e 23 Provisões judiciais; e
- Notas 3p e 26 Imposto de renda e contribuição social diferidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

f) Segregação entre circulante e não circulante

A Seguradora efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulantes, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes.

Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou no passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou no passivo não circulantes.

g) Normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP.

CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9)

Em vigor pelo CPC desde 1º de janeiro de 2018, o Pronunciamento apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A Seguradora optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48 e continuará a aplicar o CPC 38 (IAS 39) até a data efetiva do CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS 17).

CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17)

A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que a entidade fornece informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras intermediárias avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. A Seguradora está iniciando o trabalho de avaliação e espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras intermediárias, que até o momento não puderam ser dimensionados. O CPC 50 passará a vigorar em 1° de janeiro de 2023.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados.

a) Aplicações e instrumentos financeiros

A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

i. Caixa e equivalente de caixa

Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias e com risco insignificante de mudança de seu valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

ii. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período.

iii. Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo sendo que as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

iv. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado.

v. Determinação do valor justo

Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 6c.

vi. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo e são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

b) Redução ao valor recuperável

i. Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, recuperação judicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável, previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

ii. Operações de seguros e resseguros

A Seguradora reconhece uma redução ao valor recuperável, conforme determina a Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, sobre os prêmios a receber diretos e aceitos, líquidos de Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG e bruta dos componentes do prêmio base, como comissões líquida de custos de aquisição diferida - CAD, comissão de estipulante, cosseguros, resseguros cedidos e IOF, onde a RVR é reconhecida apenas líquida das provisões técnicas, para os recebíveis relativos a riscos decorridos ou prêmios a receber vencidos e não pagos. Adicionalmente, para os saldos remanescentes, é reconhecida a redução ao valor recuperável quando o período de inadimplência superar 60 (sessenta) dias da data do vencimento do crédito.

Ainda, o montante da redução corresponderá à totalidade dos valores a receber de determinado segurado, independentemente de existirem outros valores a vencer deste mesmo devedor.

A redução ao valor recuperável - RVR sobre os créditos a recuperar com resseguradores é baseada na Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, conforme artigo 139, inciso III, que considera o total dos créditos vencidos superiores a 180 (cento e oitenta) dias.

iii. Ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável.

c) Investimentos

Os investimentos são compostos por participações societárias da Seguradora Líder do Consórcio DPVAT S.A..

A Seguradora reconhece as propriedades pelo método de custo. A depreciação dos imóveis é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa n° 11.

d) Imobilizado

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, imóveis, máquinas e utensílios, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa n° 12.

e) Intangível

Compreende, basicamente, os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica.

As despesas relacionadas à manutenção de *softwares* são reconhecidas no resultado no período quando incorridas.

A amortização do ativo intangível é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa n° 13.

f) Classificação dos contratos de seguro

A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa.

g) Mensuração dos contratos de seguros

Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos.

As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como receitas financeiras em base *"pro rata-die"* ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios.

h) Resseguro

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Seguradora objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados.

Os prêmios de resseguros relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados ao resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência das apólices de seguros.

Os prêmios relativos aos contratos da modalidade "não-proporcional" são registrados ao resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo apropriadas ao resultado as correspondentes despesas de resseguro diferidas de acordo com a vigência do contrato de resseguro.

As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em prestações de contas nos contratos automáticos da modalidade "proporcional" e caso a caso nos contratos facultativos e nos contratos automáticos da modalidade "não proporcional".

Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem recuperados, nos termos dos contratos de resseguros, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável levando-se em consideração o descrito na nota explicativa n° 3b ii.

Os valores a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas.

i) Custos de aquisição diferidos

É composto substancialmente por valores referentes às comissões e aos agenciamentos relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método *"pro rata-die"* tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de diferimento de 39 meses.

j) Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

A Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG é constituída pela parcela do prêmio comercial, calculada pelo método *"pro rata-die"* tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado.

A Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes, mas não Emitidos - PPNG-RVNE é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial,

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

envolvendo a construção de triângulos de 24 (vinte e quatro) meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos.

A Provisão de Excedentes Técnicos - PET é constituída para os contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico de apólice.

A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, brutos de resseguros e líquidos de recuperação de cosseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras intermediárias, incluindo atualizações monetárias e juros. Nesta provisão técnica encontram-se também os valores estimados referentes às ações judiciais.

O ajuste de Sinistros Ocorridos e não Suficientemente Avisados - IBNeR considera o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 60 (sessenta) meses que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e a data base de referência.

A Provisão de Despesas Relacionadas - PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros, contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e, também, as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, considerando o método do desenvolvimento das despesas pagas, partindo do pressuposto de que os pagamentos referentes às despesas ocorridas em um dado período se desenvolverão de forma similar àquela observada em períodos de ocorrências anteriores.

A Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 60 meses que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro.

Dado o cenário de pandemia COVID-19, foi alterado em junho de 2021 o critério de agrupamento dos triângulos *run-off* de sinistros, de trimestral para mensal, para absorver as informações dos sinistros avisados mais rapidamente, devido ao aumento na sinistralidade. Essa alteração não gerou impacto material no valor da provisão de IBNR, em decorrência do prazo médio entre ocorrência e aviso observado.

k) Teste de adequação dos passivos - TAP

A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 – Contratos de Seguro, a Resolução CNSP n° 432/2021, de 12 de novembro de 2021 e Circular SUSEP n° 648/2021, de 12 de novembro de 2021, a cada data de balanço e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros, comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocáveis relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Seguradora utilizou a estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. Os fluxos são avaliados na forma bruta de resseguro, bem como é realizada a avaliação dos fluxos dos ativos de resseguro.

O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo as despesas alocáveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos – PSL, PDR, PET, IBNR e IBNeR.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluindo as despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes a todos os riscos assumidos até a data base do teste, foi comparado com a soma das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE. Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a melhor estimativa da série histórica em diversos períodos, compreendidos entre o último mês e até os últimos 36 (trinta e seis) meses de análise, resultando na sinistralidade de 73,1% para a Seguradora.

O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data base.

I) Provisões, passivos e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma puder ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Seguradora, com relação às probabilidades de perda que levam em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma possível obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados.

m) Benefícios aos empregados

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

i. Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e Administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos.

ii. Obrigações com aposentadorias

A Seguradora é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL administrado pela MAPFRE Previdência S.A.. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Seguradora, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante. A Seguradora não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados.

iii. Outros benefícios pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa.

n) Outras receitas e despesas operacionais

Compreendem substancialmente as receitas e as despesas com apólices e contratos de seguros.

o) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor de ativos financeiros mensurados por meio do resultado a valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 120 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre a base tributável. Em 28 de abril de

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

2022 foi editada pelo Poder Executivo a Medida Provisória - MP nº 1.115/2022, que majora de 15% para 16% a alíquota da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL das seguradoras, para o período compreendido entre 1° de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022. A Seguradora avaliou os impactos da majoração da alíquota e concluiu que os efeitos não são materiais.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

O tributo corrente corresponde aos valores a pagar sobre a base tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores.

O tributo diferido corresponde às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos, considerados na base de cálculo do tributo corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros.

O tributo diferido ativo é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais, bases tributárias negativas e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos.

Os ativos e passivos tributários diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos tributários correntes, que se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

q) Participações nos lucros

A Seguradora registra mensalmente a participação dos lucros com base nos critérios de pagamentos referentes ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizada pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:

- Risco de subscrição;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional; e
- Gestão de capital.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros.

A Seguradora conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas globais do GRUPO MAPFRE, o sistema está baseado na gestão de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.

As responsabilidades do Sistema de Gestão de Riscos da MAPFRE estão integradas na estrutura organizacional de acordo com o modelo de três linhas de defesa, envolvendo todo o GRUPO MAPFRE Brasil incluído empresas do conglomerado como a MAPFRE RE (SCI e EGR unificado), estabelecendo:

- a) Primeira linha: composta por funcionários, diretoria e áreas operacionais, de negócio e de suporte, responsáveis por manter o controle efetivo das atividades realizadas como parte inerente do trabalho cotidiano. Portanto, são eles que assumem os riscos e são responsáveis por estabelecer e aplicar os mecanismos de controle necessários para gerir os riscos associados aos processos que realizam e garantir que não ultrapassem os limites estabelecidos.
- b) Segunda linha: integrada pelas funções-chave de gestão atuarial, de riscos e de conformidade e outras funções de seguros, que garantem o funcionamento do Sistema de Gestão de Riscos.
- c) Terceira linha: composta pela Auditoria Interna, que realiza a avaliação independente da adequação, suficiência e eficácia do Sistema de Controle Interno, comunicando eventuais deficiências às partes responsáveis por aplicar as medidas corretivas, incluindo os altos cargos executivos e os órgãos de governança, conforme o caso.

O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado pela Comissão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos.

A Gestão de Riscos no GRUPO MAPFRE Brasil se divide em Gestão de Riscos Qualitativos e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e suportar continuamente a gestão de riscos corporativos da organização, dentro de um processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão risco, vigilância e notificação de exposição a riscos.

A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk - VaR", indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores por meio de um programa de Disseminação de cultura de Riscos e Controles.

Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO MAPFRE conta com os seguintes Órgãos de Governança:

- Conselho de Administração: é o órgão superior de administração e supervisão da atividade no País, de acordo com as leis locais e as normas internas de governo do GRUPO MAPFRE. Compete ao Conselho aprovar a orientação geral de negócios, as políticas e diretrizes gerais e as metas da MAPFRE Brasil, sempre visando os melhores interesses do GRUPO MAPFRE e zelando pelo cumprimento das obrigações previstas nos normativos internos e na legislação vigente;
- Comitê de Auditoria: é um órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização, em consonância com as atribuições previstas na legislação e no Estatuto Social, que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- **Comitê de Direção:** tem por objetivo a gestão das Unidades de Negócio na região, assim como a condução de todos os projetos corporativos globais ou regionais, que sejam necessários para o cumprimento dos objetivos, e, ainda, desenvolve e executa, conforme o caso, as decisões dos órgãos de Administração e Diretoria da Seguradora;
- Comitê de Investimentos: tem por objetivo orientar as empresas do GRUPO MAPFRE no que diz respeito à alocação dos investimentos financeiros, analisando os referidos investimentos para avaliar detalhadamente os benefícios e estimativa dos retornos econômico-financeiros, observando as premissas de segurança, rentabilidade, solvência, legislação e alçadas vigentes do GRUPO MAPFRE. O Comitê acompanha e zela pelo cumprimento das políticas financeiras definidas pela Alta Administração e assessora no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à estratégia financeira do GRUPO MAPFRE; e
- Comissão de Riscos: com caráter consultivo e de assessoramento, vinculado ao Comitê de Direção, tem por objetivo analisar e acompanhar, bem como, auxiliar o Comitê de Direção nas matérias relacionadas a controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos corporativos e atuariais, no âmbito de suas competências e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO MAPFRE.

O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição de suas atribuições e níveis de reporte.

Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A Auditoria

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo

O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como a qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

Risco de subscrição

A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro.

Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles em que a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados por meio da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários em que o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é, de certa forma, acidental e, consequentemente, sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro em que a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo desses passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros.

A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro com resseguradoras, que possuam *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas.

Concentração de riscos

As exposições à concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

				30/06/2022	
Região geográfica	Bruto de resseç	guro (*)	Líquido de ressegu		
Centro Oeste	163.152	39%	163.152	39%	
Nordeste	5.568	1%	5.568	1%	
Norte	1.971	0%	1.971	0%	
Sudeste	225.800	52%	217.854	51%	
Sul	36.218	8%	36.218	9%	
Total	432.709	100%	424.763	100%	
				30/06/2021	
Região geográfica	Bruto de resseç	guro (*)	Líquido de	resseguro	
Centro Oeste	162.030	39%	162.030	39%	

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022

(Em milhares de Reais)

Total	419.504	100%	410.502	100%
Sul	32.627	8%	32.543	8%
Sudeste	216.223	51%	207.714	51%
Norte	2.481	1%	2.481	1%
Nordeste	6.143	1%	5.734	1%

^(*) As operações estão líquidas dos saldos de RVNE no montante de R\$ (1.306) (R\$ (242) em 30 de junho de 2021).

Sensibilidade do risco de subscrição

O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço.

Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem as operações de seguros, foram consideradas na análise; os impactos são considerados brutos e líquidos de resseguro.

Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo:

- a) Sinistralidade: Simulamos a elevação de 10% na sinistralidade da empresa, este percentual é atualizado anualmente com base no comportamento do desvio médio da sinistralidade observada. O estresse contempla períodos da pandemia pelo COVID-19.
- b) Despesas Administrativas: Simulamos a elevação de 10% nas despesas administrativas da empresa, este percentual é atualizando anualmente com base no comportamento histórico da seguradora.

Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

		30/06/2022		
		Impacto no resultado/Patrimônio		
		líquido (bruto	o de impostos)	
		Bruto de	Líquido de	
Fator de risco		resseguro	resseguro	
a. Sinistralidade	Aumento de 10%	(62.034)	(60.986)	
b. Despesas administrativas	Aumento de 10%	(8.593)	(8.593)	

Risco de crédito

É o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado.

O risco de crédito pode se materializar, por meio dos seguintes fatos:

- Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador;
- Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

 Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas.

Exposição ao risco de crédito de seguro

A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos são maiores, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro.

A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com diversos tipos de produtos.

Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas nos *ratings* atribuídos por agências classificadoras. No caso da resseguradora local MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A. e da admitida MAPFRE RE *Compañia de Reaseguros* S.A. foi considerado o *rating* da MAPFRE RE *Compañia de Reaseguros* S.A.

Prêmio cedido aos resseguradores:

			30/0	6/2022	_			30/0	6/2021
Rating	Local	Admitida	Eventual	Total		Local	Admitida	Eventual	Total
A+	4.749	-	408	5.157	_	4.926	-	1.450	6.376
Α	-	2.730	-	2.730		-	2.447	-	2.447
A-	59	-	-	59		179	-	-	179
Total	4.808	2.730	408	7.946		5.105	2.447	1.450	9.002

O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor´s, AM Best e Moody´s*.

Os resseguradores estão sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos.

Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas.

As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de política e norma interna.

Gerenciamento do risco de crédito

Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pela MAPFRE Investimentos Ltda., empresa do GRUPO MAPFRE, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política de Riscos de Créditos e submete aos Comitês competentes periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos públicos de renda fixa e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais.

A agência avaliadora de riscos é a *Standard & Poor´s, Fitch Ratings e Moody´s*, como demonstrado no quadro abaixo:

	30/0				
Ativos financeiros - Rating	Α-	BB-	Sem rating	Total	
Títulos públicos de renda fixa (*)	-	668.857	-	668.857	
Certificados de depósito bancário - CDB	16.177	-	-	16.177	
Caixa / contas a pagar /receber	-	-	(188)	(188)	
Total	16.177	668.857	(188)	684.846	

		31/12/2021		
Ativos financeiros - Rating	AAA	AA-	Sem rating	Total
Títulos públicos de renda fixa (*)	655.585	-	-	655.585
Debêntures	5.028	-	-	5.028
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	-	22.770	-	22.770
Caixa / contas a pagar /receber	-	-	(44)	(44)
Total	660.613	22.770	(44)	683.339
(*) Inclui anarcaños compremiesados no mentante de	D# 446 225 /	D# 60 22E	om 21 do dozom	bro do 2021)

^(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 116.225 (R\$ 60.235 em 31 de dezembro de 2021) com lastro em títulos públicos.

A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de *stress*. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e, também, para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora.

Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e, também, às dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos.

Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro.

Gerenciamento do risco de liquidez

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos.

Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Seguradora, avaliando a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas.

A Circular SUSEP n° 648/2021, de 12 de novembro de 2021, estabeleceu novo critério para o risco de liquidez, devendo cada Seguradora desenvolver metodologia específica para cálculo, com implementação obrigatória a partir de dezembro de 2021.

A metodologia utilizada pela Seguradora está baseada em método prospectivo de projeção de fluxo de caixa, utilizando premissas atuariais estressadas de entradas e saídas brutos de resseguro, que decorram do cumprimento dos riscos assumidos nos contratos e certificados dos planos comercializados até a data base do cálculo.

Os fluxos utilizados de entradas e saídas para o lançamento de receitas provenientes de prêmios e contribuições utilizadas nas projeções, considera os contratos e certificados vigentes na database, contemplando as premissas de cálculo utilizadas nas projeções do passivo, sendo essas premissas estressadas para apurar o fator do risco de liquidez a ser aplicado sobre o montante de provisões a cobrir. Fator este com revisão periódica.

A suficiência de liquidez está segregada numa escala de medição por nível de tolerância, sendo o fator calculado decomposto conforme tabela abaixo, considerando as classificações: verde, amarelo e vermelho.

As ações para o atingimento de cada faixa, seguem o estabelecido nos normativos internos.

	Nível - Ri	isco de liquidez	
	>= 100%	Cumprimento total	
	< 100% - 90%	Zona Verde	
	< 90% - 30%	Zona Amarela	
	< 30%	Zona Vermelha	
Provisão a cobr	ir (a)		510.907
Ativos garantido	ores (b)		684.846
Fator de risco d	e liquidez (c)		8,00%
Risco de liquide	z (d)=(a)*(c)		40.873

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

Classificação do nível de liquidez	Cumprimento total
Suficiência (e)-(b)	133.066
Índice de liquidez (b)/(e)	1,24
Provisão a cobrir + risco de liquidez (e)=(a)+(d)	551.780
Vermelho	12.263
Amarelo	24.523
Verde	4.087

Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significante dos contratos o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam os mesmos. Para estimar os fluxos de caixa dos ativos foram utilizadas as suas taxas contratadas levando-se em consideração as características do papel e o cenário macroeconômico vigente. O passivo foi calculado através de premissas atuariais de acordo com as características de cada produto.

Não obstante da Seguradora apresentar aparente liquidez negativa na distribuição da faixa do fluxo acima de 5 anos que, como estratégia, mantém aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda e valor justo por meio do resultado, que podem ser utilizadas no caso de necessidade de fluxo de caixa e gera fluxos de caixa positivos nas operações.

		30/06/2022
	Fluxo de	Fluxo de
	ativos (*)	passivos (**)
Fluxo até 1 ano	246.160	239.678
Fluxo de 1 a 5 anos	423.217	187.206
Fluxo acima de 5 anos	15.469	47.698
Total	684.846	474.581

^(*) O fluxo de ativos considera as aplicações financeiras. As aplicações classificadas nas categorias disponível para venda e valor justo por meio do resultado, podem ser convertidas em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa da Seguradora. (**) O fluxo de passivos considera as provisões técnicas líquidas de resseguro e de direito creditório. Os fluxos consideram a avaliação de ALM-Asset Liability Management da Seguradora.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Seguradora ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos.

A política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela MAPFRE Investimentos Ltda. com base em cenários de *stress*, histórico e nas metodologias de *Value at Risk - VaR* e *Macaulay Duration*.

O modelo de *VaR* é aplicado a carteira da Seguradora, utilizando-se de *VaR* paramétrico, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 (um) dia útil.

Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do *VaR*, para o intervalo de 1 (um) dia é de:

	30/06/2022
VaR	Patrimônio

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

Carteira MAPFRE Vida

3.875

759.734

A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às carteiras da Seguradora, que contempla as carteiras administradas e os fundos os quais mantém participação. O prazo médio apresentado para as carteiras é de 2,44 anos (2,60 em 31 de dezembro de 2021) frente a um patrimônio de R\$ 759.734 (R\$ 735.178 em 31 de dezembro de 2021) e está de acordo com as diretrizes do GRUPO MAPFRE, sendo revisado, anualmente, pelo Comitê de Investimentos.

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

Sensibilidade a taxa de juros

Na presente análise de sensibilidade são considerados os títulos indexados ao fator de risco taxa de juros em função da relevância dos mesmos nas posições ativas da Seguradora.

A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação), teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros.

A análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 759.734 (R\$ 683.339 em 31 de dezembro de 2021), incluindo operações compromissadas.

Para a análise de sensibilidade, todos os ativos em carteira da Seguradora foram considerados a valor de mercado.

	30/06/2022
	Impacto no patrimônio líquido/ resultado
	(bruto de impostos)
Fator de risco	
Taxa de juros e cupons	
a) Elevação de taxas	(13.709)
b) Redução de taxas	14.384

Parâmetro: 100 basis points nas estruturas de taxas de juros e cupons vigentes.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

A avaliação do Risco Operacional utiliza uma ferramenta que auxilia na autoavaliação de riscos operacionais e controles inerentes às operações de cada um dos processos, por meio desta ferramenta os riscos são avaliados com base na sua importância relativa, probabilidade de ocorrência e as medidas de controle existentes para mitigar cada risco exposto.

Gerenciamento do risco operacional

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais dentre eles:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais BDPO para reporte de prejuízos operacionais e as ações corretivas;
- Desenvolvimento de planos de continuidade de negócios PCN;
- Treinamento e disseminação da cultura de controles internos; e
- Padrões éticos.

Dentro desse cenário, a Seguradora dispõe de mapeamento de processos com a identificação de riscos e controles, os quais, são geridos dentro de uma Matriz Única de Riscos e Controles que apresenta o retrato dos processos quanto aos principais riscos expostos e controles existentes.

Outro mecanismo de avaliação se reflete a avaliação de *Compliance realizado* para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas dos órgãos reguladores e instruções internas (políticas, normativos e procedimentos).

A Área de Gerenciamento de Riscos coordena o processo anual de Identificação de Riscos Materiais, a fim de identificar os riscos que a entidade pode enfrentar durante o período contemplado em seu plano de negócios, riscos que podem afetar significativamente o desempenho dos objetivos de classificação ou de capital regulatório.

Nessa identificação de riscos, tem como fator de sucesso a colaboração de executivos dentro da Seguradora que possam antecipar ou dar sua opinião sobre a evolução dos riscos aos quais a entidade está exposta.

O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

Com a publicação da Resolução CNSP 416/2021, de 20 de julho de 2021, as seguradoras implementam e mantem Estrutura de Gestão de Riscos - EGR que considerem, como mínimo, o foco nos seguintes riscos:

- Subscrição;
- Crédito;
- Mercado:
- Liquidez;

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

- Operacional; e
- Plano de Continuidade de Negócios.

No caso da Mapfre, conforme admitido por esta Resolução, consideramos também, além dos riscos mencionados acima, os seguintes riscos:

- Cibernético;
- Conformidade;
- Estratégico;
- Legal;
- Tecnologia da Informação; e
- Ambiental, Social e de Governança.

Para a implementação da Resolução CNSP 416/2021, de 20 de julho de 2021, foi criado em 2021 um Grupo de Trabalho interno, com representantes de diferentes áreas, onde avaliamos o impacto da normativa e estabelecemos planos de ação para a sua total implementação.

Até a presenta data, o cronograma está sendo seguido e atividades como Constituição do Comitê de Riscos, Políticas de Controles Internos, Política e Plano de Conformidade já foram definidos. Adicionalmente, será implementada a Resolução considerando o Sistema de Controle Interno - SCI e Estrutura de Gestão de Riscos - EGR unificados para o GRUPO MAPFRE.

Limitações da análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam por meio de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderão incluir a venda de investimentos e, a mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Seguradora em possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

Gestão de capital

No âmbito de Gestão de Capital no médio e longo prazo, a Seguradora deverá possuir, de maneira continua, uma quantia de capital suficiente para cobrir o capital de solvência requerido, contemplando o valor adicional estabelecido pela Gestão de Risco, com a finalidade de impedir que os riscos inerentes à atividade afetem a sustentabilidade da Seguradora.

A Seguradora tem o capital de risco calculado considerando todas as premissas de requerimentos estabelecidos pela governança, e em atendimento aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

A partir de dezembro de 2021 passou a vigorar a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 em que é estabelecido a Qualidade do PLA para efeito de cobertura do CMR.

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 de 12 de novembro de 2021, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado - PLA igual ou superior ao capital mínimo requerido - CMR, equivalente ao maior valor entre o Capital Base e o Capital de Risco - CR.

A Seguradora está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional, e mercado e a correlação entre os riscos, como demonstrado abaixo:

Patrimônio líquido (a)	554.542
Participação em sociedades financeiras e não financeiras, nacionais ou no exterior	(411)
Despesas antecipadas	(443)
	(186.63
Créditos tributários - prejuízos fiscais IR/bases negativas de contribuição social	5)
Ativos intangíveis	(30.520)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(2.287)
1. Ajustes contábeis (b)	(220.29 6)
	O,
Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	11.360
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c)	11.360
PLA - Nível I (*)	305.081
PLA - Nível II	11.360
PLA - Nível III	29.165
Subtotal PLA - Nível (d)	345.606
Limitador CMR - PLA Nível I	305.081
Limitador CMR - PLA Nível II	11.360
Limitador CMR - PLA Nível III	29.165
Subtotal PLA - Limitador (e)	345.606
Subtotal PLA - Limitador (e)	343.000
3. Ajustes do excesso de PLA de Nível II e PLA de Nível III (f = e - d)	-
4. PLA (Total) = PL + Ajustes contábeis + Ajustes econômicos + Ajustes do excesso de nível II e III (g = a+b+c+f)	345.606
5. Capital mínimo requerido	
Capital base (CB)	15.000
Capital de risco (subscrição, crédito, operacional e mercado) (CR)	200.253
Capital de risco de subscrição	186.791
Capital de risco de crédito	17.798
Capital de risco operacional	2.023
Capital de risco de mercado	6.984
Correlação entre os riscos	(13.343)
Capital mínimo requerido (h)	200.253
Suficiência de capital (i = g - h)	145.353
Suficiência de capital (i / h)	72,6%
Índice de solvência (j = g / h)	1,73
(*) Inclui os ajustes determinados no parágrafo 13 do artigo 56 da Resolução CNSP 432/2021	

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

CAINA E EQUIVALENTE DE CAINA		
	30/06/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	3.477	218
Equivalente de caixa	1.124	7.323
Total de caixa e equivalente de caixa	4.601	7.541

6. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo, por título e por nível hierárquico

Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e em valores justos.

MAPFRE Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

			Ve	encimento			At	tivos			1	Γotal	
Títulos	Hierarquia a	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	Valor contábil	Valor de curva	Valor justo	Ajuste ao valor justo	30/06/2022	%	31/12/2021	%
	valor justo	(A)	(B)	(C)	(D)	(E=A+B +C+D)	(F)	(G)	(G-F)	(E)		(F)	
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		142.645	119.084	23.147	(188)	284.688	284.666	284.688	22	284.688	42%	244.919	36%
Fundos de investimentos		142.645	119.084	23.147	(188)	284.688	284.666	284.688	22	284.688	100%	244.919	100%
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	26.420	119.084	23.147	-	168.651	168.629	168.651	22	168.651	59%	184.728	75%
Operações compromissadas (*)	2	116.225	-	-	-	116.225	116.225	116.225	-	116.225	41%	60.235	25%
Caixa / contas a pagar / receber	2	-	-	-	(188)	(188)	(188)	(188)	-	(188)	0%	(44)	0%
Ativos financeiros disponíveis para venda		16.177	383.981	-	-	400.158	475.068	400.158	(74.910)	400.158	58%	438.420	64%
Carteira administrada		16.177	383.981	-	-	400.158	475.068	400.158	(74.910)	400.158	100%	438.420	100%
Certificados de depósito bancário - CDB	2	16.177	-	-	-	16.177	16.177	16.177	-	16.177	4%	-	1%
Debêntures	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	5.028	1%
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	22.770	5%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	383.981	-	-	383.981	458.891	383.981	(74.910)	383.981	96%	410.622	93%
Total		158.822	503.065	23.147	(188)	684.846	759.734	684.846	(74.888)	684.846	100%	683.339	100%

^(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

b) Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Seguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: Ativos que não sejam precificados com base em dados observáveis do mercado e a Seguradora utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários no período.

c) Determinação do valor justo

O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. As operações compromissadas são operações de compra e venda (1) um dia com uma taxa pré-fixada na data da emissão da operação. Os títulos públicos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA.

Os títulos de renda fixa (debêntures) tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Para os demais títulos de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria -"Market to Model" do administrador, com o uso máximo de informações observáveis no mercado.

Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, para cálculos e apreçamento constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA.

As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão e na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

d) Taxa de juros contratada

_		30/06/2022		31/12/2021
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
Certificados de depósito bancário - CDB	100% CDI	100% CDI	100% CDI	100% CDI
Debêntures PRE	-	-	111,50%	111,50%
Letras financeiras do tesouro – LFT	100% SELIC	100% SELIC	100% SELIC	100% SELIC
Notas do tesouro nacional - NTN-F	8,70%	6,17%	8,70%	6,17%
Operações compromissadas (*)	13,12%	13,12%	9,11%	9,11%
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	-	-	102%	102%
(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públic	cos.			

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

e) Movimentação das aplicações

				Ajuste a		
	31/12/2021	Aplicações	Resgates	valor justo	Rendimentos	30/06/2022
Valor justo por meio do resultado	244.919	419.270	(393.655)	-	14.154	284.688
Disponíveis para venda	438.420	16.000	(48.368)	(22.789)	16.895	400.158
Total	683.339	435.270	(442.023)	(22.789)	31.049	684.846
				Ajuste a		
	31/12/2020	A!: ~	D			
	31/12/2020	Aplicações	Resgates	valor justo	Rendimentos	30/06/2021
Valor justo por meio do	31/12/2020	Aplicações	Resgates	vaior justo	Rendimentos	30/06/2021
Valor justo por meio do resultado	226.421	463.512	(469.928)	valor justo -	1.591	221.596
• •	 	, ,		•		

7. PRÊMIOS A RECEBER

Os prêmios de seguros são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos.

a) Prêmios por segmento

_			30/06/2022			31/12/2021
Ramos	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável (*)	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável (*)	Prêmios a receber líquido
Vida em grupo	70.269	(8.587)	61.682	72.246	(6.785)	65.461
Pessoas individual	32.363	(2.258)	30.105	24.797	(1.204)	23.593
Acidentes pessoais coletivo e individual	10.688	(1.972)	8.716	3.886	(1.133)	2.753
Demais ramos	3.687	(554)	3.133	515	(403)	112
Total	117.007	(13.371)	103.636	101.444	(9.525)	91.919
(*) Redução ao valor recu	iperável calculada o	conforme nota explica	tiva n° 3b <i>ii.</i>			

b) Movimentação de prêmios a receber

	30/06/2022	30/06/2021
Saldo inicial	91.919	133.082
(+) Prêmios emitidos	557.687	551.672
(+) IOF	1.984	1.947
(-) Prêmios cancelados	(18.437)	(26.487)
(-) Recebimentos	(525.671)	(554.409)
(-/+) (Constituição)/ Reversão da redução ao valor recuperável	(3.846)	5.801
(+/-) Reclassificação cosseguro aceito vencidos	-	765
Saldo final	103.636	112.371

c) Composição de prêmios a receber por prazo

	30/06/2022	31/12/2021
A vencer até 30 dias	68.712	74.846
A vencer de 31 a 60 dias	7.246	8.327
A vencer de 61 a 120 dias	8.709	2.392
A vencer de 121 a 180 dias	8.316	1.736

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

A vencer de 181 a 365 dias	9.818	2.295
A vencer acima de 365 dias	185	353
Total a vencer	102.986	89.949
Vencidos até 30 dias	221	1.217
Vencidos de 31 a 60 dias	70	413
Vencidos de 61 a 120 dias	84	122
Vencidos de 121 a 180 dias	54	34
Vencidos de 181 a 365 dias	106	101
Vencidos acima de 365 dias	115	83
Total vencidos	650	1.970
Total	103.636	91.919

O prazo médio de recebimento dos prêmios é de 17 dias.

8. OPERAÇÕES COM SEGURADORAS

a) Ativo

	30/06/2022	31/12/2021
Sinistro a recuperar de cosseguro cedido	19.599	21.885
Outros	998	1.179
Redução ao valor recuperável	(76)	(208)
Total	20.521	22.856

b) Passivo

	30/06/2022	31/12/2021
Prêmios cedidos	17.796	19.489
Total	17.796	19.489

9. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS E ATIVOS DE RESSEGURO

a) Ativo

b)

	30/06/2022	31/12/2021
Recuperação de sinistros	1.891	3.589
Total	1.891	3.589
	30/06/2022	31/12/2021
Provisão de sinistros a liquidar – PSL	3.539	2.113
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados – IBNeR	65	90
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	1.062	-
Sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR	770	1.174
Provisão de despesas relacionadas – PDR	51	94
Total	5.487	3.471
Passivo		
	30/06/2022	31/12/2021
Prêmios cedidos em resseguro	4.301	3.680
Comissões a recuperar	(9)	-
Total	4.292	3.680

c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos

			30/06/2022
	Prêmio emitido líquido (*)	Resseguro cedido	_
Grupo de ramos	(nota 25b)	(nota 25g)	Retenção

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

Pessoas	432.709	7.946	98%

			30/06/2021
Common do morno	Prêmio emitido líquido (*)	Resseguro cedido	Deterress
Grupo de ramos	(nota 25b)	(nota 25g)	Retenção
Pessoas	419.504	9.002	98%

^(*) As operações estão líquidas dos saldos de RVNE montante de R\$ (1.306) (R\$ (242) em 30 de junho de 2021).

10. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

Os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão dos custos de aquisição diferidos.

Ramos	30/06/2022	31/12/2021
Vida em grupo	12.308	10.137
Acidentes pessoais coletivos	1.900	1.306
Pessoas individual	72	56
Total	14.280	11.499
Circulante	12.866	8.431
Não circulante	1.414	3.067
	30/06/2022	30/06/2021
Saldo inicial	11.499	15.728
Constituições	48.509	42.242
Reversões	(45.728)	(44.250)
Saldo final	14.280	13.720

11. IMÓVEIS DESTINADOS A RENDA

	Taxa anual de depreciação	31/12/2021	Depreciação	Transferência	30/06/2022
Imóvel São Carlos do Pinhal	2%	3.076	-	(3.076)	-
Imóvel Frei Gaspar	2%	247	(5)	-	242
Total		3.323	(5)	(3.076)	242
	T				

	Taxa anual de depreciação	31/12/2020	Depreciação	30/06/2021
Imóvel São Carlos do Pinhal	2%	3.142	(34)	3.108
Imóvel Frei Gaspar	2%	258	(5)	253
Total		3.400	(39)	3.361

O imóvel de São Carlos do Pinhal foi reclassificado devido a uma discussão judicial com bloqueio limitando a companhia a uso próprio. Os gastos com os imóveis totalizaram despesas de R\$ 399 em 30 de junho de 2021.

12. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação	31/12/2021	Depreciação	Transferência	30/06/2022
Imóveis (*)	2%	-	(34)	3.076	3.042
Equipamentos	20%	13	(3)	-	10

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022

(Em milhares de Reais)

Móveis, máquinas e utensílios	10%	5	(4)	-	1
Veículos	20%	39	(12)	-	27
Total		57	(53)	3.076	3.080
	Taxa anual de depreciação	31/12/2020	Depreciação	30/06/2021	
Equipamentos	20%	20	(4)	16	_
Móveis, máquinas e utensílios	10%	36	(20)	16	
Veículos	20%	63	(12)	51	
Total		119	(36)	83	

^(*) Imóvel reclassificado de destinado a venda devido a uma discussão judicial com bloqueio limitando a companhia a uso próprio.

13. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização	31/12/2021	Aquisições	Baixas	Amortização	30/06/2022
Desenvolvimento de sistemas	14% a 20%	27.429	6.124	(304)	(2.729)	30.520
	Taxa anual de amortização	31/12/2020	Aquisições	Baixas	Amortização	30/06/2021
Desenvolvimento de sistemas	14% a 20%	19.055	3.861	(2)	(3.061)	19.853

14. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	30/06/2022	31/12/2021
Fornecedores	7.323	5.437
Compartilhamento de despesas	7.129	4.010
Participação nos lucros	-	634
Outras contas a pagar	10	5
Total	14.462	10.086

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda	1.638	-
Contribuição social	1.007	-
COFINS	760	812
PIS	293	132
Total	3.698	944

16. CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

É composto por comissões a pagar e comissões sobre prêmios emitidos pendentes.

	30/06/2022	31/12/2021
Acidentes pessoais coletivos	984	1.536
Vida em grupo	14.530	15.027
Total comissões emitidas	15.514	16.563
Comissões a pagar	11.269	6.600
Total	26.783	23.163

17. OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

É composto por valores de comissão de agenciamento, estipulante e pró-labore a pagar conforme demonstrado por ramos abaixo:

	30/06/2022	31/12/2021
Acidentes pessoais coletivos	133	178
Vida em grupo	3.637	2.914
Total	3.770	3.092

18. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

É composto, substancialmente, por valores efetivamente recebidos, mas ainda não baixados das contas de prêmios a receber, assim como de demais operações com seguradoras.

	30/06/2022	31/12/2021
De 0 a 30 dias	1.807	8.812
De 31 a 60 dias	220	463
De 61 a 120 dias	1.491	33
De 121 a 180 dias	422	-
De 181 a 365 dias	656	-
Total	4.596	9.308

19. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

							30/06/2022
Provisões técnicas - seguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR (***)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados – IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedente técnico - PET	Total
Saldo inicial	43.074	293.832	115.956	8.203	8.922	2.713	472.700
Constituições	431.407	-	140.800	45.561	6.432	2.289	626.489
Diferimento pelo risco decorrido	(398.231)	-	-	-	-	-	(398.231)
Aviso de sinistros	-	356.946	-	-	499	-	`357.44Ś
Pagamentos de sinistros	-	(276.523)	-	-	(2.245)	(2.212)	(280.980)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(64.935)	-	-	1.789	-	(63.146)
Atualizações monetárias	-	1.062	-	-	-	-	` 1.062
Reversões		(6)	(145.852)	(45.160)	(8.989)	-	(200.007)
Saldo final	76.250	310.376	110.904	8.604	6.408	2.790	515.332
							30/06/2021
Provisões técnicas - seguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR (***)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados – IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedente técnico - PET	Total
Saldo inicial	47.034	319.047	142.491	8.785	8.521	1.604	527.482
Constituições	419.262	-	1.770	257	2.147	2.570	426.006
Diferimento pelo risco decorrido	(396.681)	-	-	-	-	-	(396.681)
Aviso de sinistros	-	529.928	-	-	129	-	530.057
Pagamentos de sinistros	-	(423.791)	-	-	(2.172)	(917)	(426.880)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(88.733)	-	-	1.291	-	(87.442)
Atualizações monetárias	-	6.557	-	-	-	-	6.557
Reversões	-	(9)	(32.940)	(342)	(632)		(33.923)
Saldo final	69.615	342.999	111.321	8.700	9.284	3.257	545.176
							30/06/2022

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

Provisões técnicas – resseguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (**)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados – IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Total
Saldo inicial	-	2.113	1.174	90	94	3.471
Constituições	7.336	-	5.695	829	-	13.860
Diferimento pelo risco decorrido	(6.274)	-	-	-	-	(6.274)
Aviso/Ajuste de sinistros	-	5.930	-	-	(38)	5.892
Sinistros pagos a recuperar	-	(4.504)	-	-	(5)	(4.509)
Reversões	-	-	(6.099)	(854)	-	(6.953)
Saldo final	1.062	3.539	770	65	51	5.487

					· ·	30/06/2021
Provisões técnicas – resseguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (**)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Total
Saldo inicial	-	3.241	952	62	51	4.306
Constituições	8.345	-	677	51	-	9.073
Diferimento pelo risco decorrido	(7.328)	-	-	-	-	(7.328)
Aviso/Ajuste de sinistros	-	7.221	-	-	45	7.266
Sinistros pagos a recuperar	-	(8.436)	-	-	(1)	(8.437)
Reversões	-	-	(520)	(18)	-	(538)
Saldo final	1.017	2.026	1.109	95	95	4.342

^(*) Inclui provisão de sinistros a liquidar judiciais bruto no montante de R\$ 228.663 (R\$ 225.245 em 31 de dezembro de 2021).

20. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros avisados na data de encerramento das demonstrações financeiras intermediárias. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Seguradora.

Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis.

Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguro aceito, deduzido o cosseguro e resseguro cedido.

Bruto de resseguro
Montante estimado para os sinistros
No ano do aviso
Um ano após o aviso
Dois anos após o aviso
Três anos após o aviso

					Allo do avisc	uo siilistio
Até 2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
4.638.308	451.421	512.707	578.114	781.120	301.322	301.322
4.671.634	441.791	508.008	566.413	772.556		772.556
4.692.881	444.651	509.208	566.801			566.801
4.694.270	442.926	512.301				512.301

Ana da avias da sinistra

^(**) Inclúi provisão de sinistros a liquidar judiciais de resseguro no montante de R\$ 1.203 (R\$ 1.548 em 31 de dezembro de 2021).

^(***) Houve complementos na Provisão de IBNR, decorrentes das avaliações efetuadas no cenário de Covid-19. Tais avaliações foram baseadas em estudos do comportamento da carteira e estão alinhados à metodologia descrita na nota 3j. Os efeitos desses complementos foram normalizados no primeiro semestre de 2021.

Quatro anos após o aviso

Um ano após o aviso

Dois anos após o aviso

Três anos após o aviso

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

#							
Cinco anos ou mais após o aviso	4.613.962						4.613.962
Estimativa de sinistros incorridos em junho de 2022	4.613.962	444.536	512.301	566.801	772.556	301.322	7.211.478
Pagamentos efetuados até junho de 2022	4.522.328	422.098	464.236	520.713	742.252	223.153	6.894.780
Provisão de sinistros a liquidar no período de análise	91.634	22.438	48.065	46.088	30.304	78.169	316.698
Provisão agregada de sinistros em junho de 2022 (*)							119.508
Retrocessão							86
Passivo reconhecido no balanço patrimonial							436.292
						Ano do avis	o do sinistro
Montante de sinistros pagos	Até 2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
No ano do aviso	3.690.817	354.684	396.513	469.686	703.296	223.153	223.153
Um ano após o aviso	4.282.947	410.250	456.665	517.211	742.252		742.252
Dois anos após o aviso	4.379.236	416.681	462.811	520.713			520.713
Três anos após o aviso	4.444.389	420.839	464.236				464.236
Quatro anos após o aviso	4.511.855	422.098					422.098
Cinco anos ou mais após o aviso	4.522.328						4.522.328
Pagamentos efetuados até junho de 2022	4.522.328	422.098	464.236	520.713	742.252	223.153	6.894.780
Líquido de resseguro						Ano do avis	o do sinistro
Montante estimado para os sinistros	Até 2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
No ano do aviso	4.028.554	450.290	506.876	571.500	772.127	297.802	297.802
Um ano após o aviso	4.509.243	436.192	498.796	558.684	760.428		760.428
Dois anos após o aviso	4.476.924	438.883	499.936	558.636			558.636
Três anos após o aviso	4.457.603	437.183	503.121				503.121
Quatro anos após o aviso	4.484.042	438.835					438.835
Cinco anos ou mais após o aviso	4.484.948						4.484.948
Estimativa de sinistros incorridos em junho de 2022	4.484.948	438.835	503.121	558.636	760.428	297.802	7.043.770
Pagamentos efetuados até junho de 2022	4.394.156	416.427	455.060	513.056	730.108	221.855	6.730.662
Provisão de sinistros a liquidar no período de análise	90.792	22.408	48.061	45.580	30.320	75.947	313.108
Provisão agregada de sinistros em junho de 2022 (*)							118.673
Retrocessão							86
Passivo reconhecido no balanço patrimonial							431.867
						Ano do avis	o do sinistro
Montante de sinistros pagos	Até 2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
No ano do aviso	3.620.050	354.106	391.797	464.807	694.929	221.855	221.855
	4 470 070	101011	447.540	500 570	700 400		700 400

4.678.443 444.536

444.536

730.108

513.056

455.060

416.427

4.394.156

6.730.662

Quatro anos após o aviso
4.387.032 416.427

Cinco anos ou mais após o aviso
4.394.156

Pagamentos efetuados até junho de 2022 4.394.156 416.427 455.060 513.056 730.108 221.855

(*) Refere-se ao montante das provisões de IBNR e IBNeR, o qual não é possível segregar por sinistros.

4.179.970

4.267.825

4.327.493

404.811

411.192

415.168

447.549

453.635

455.060

509.576

513.056

730.108

21. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	30/06/2022	31/12/2021
Provisões técnicas	515.332	472.700
Parcela correspondente a resseguros contratados	(4.425)	(3.471)
Total a ser coberto	510.907	469.229
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado (*)	284.688	244.906
Ativos financeiros disponíveis para venda	400.158	438.420
Total de aplicações	684.846	683.326
Ativos livres	173.939	214.097

^(*) O montante de R\$ 13 em 31 de dezembro de 201 não foi considerado nos ativos designados pelo valor justo por meio do resultado por se tratar de aplicações bloqueadas.

22. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

a) Composição das ações judiciais de sinistros por probabilidade de perda

			30/06/2022				31/12/2021
Quantidade	Valor do risco	Provisão de sinistros a	Provisão de sinistros a	Quantidade	Valor do risco	Provisão de sinistros a	Provisão de sinistros a

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

			liquidar judicial bruta	liquidar judicial de resseguro			liquidar judicial bruta	liquidar judicial de resseguro
Provável	697	108.883	56.107	716	610	76.460	55.082	461
Possível	3.200	441.409	169.584	487	3.175	397.473	167.695	332
Remota	245	23.326	2.972	-	194	11.164	2.468	755
Total	4.142	573.618	228.663	1.203	3.979	485.097	225.245	1.548

b) Composição das ações por ano

			30/06/2022			31/12/2021
Ano de abertura	Quantidade	Provisão de sinistros a liquidar judicial bruta	Provisão de sinistros a liquidar judicial de resseguro	Quantidade	Provisão de sinistros a liquidar judicial bruta	Provisão de sinistros a liquidar judicial de resseguro
De 2001 a 2005	4	-	-	4	20	-
De 2006 a 2010	104	8.958	-	91	8.844	-
De 2011 a 2015	576	40.862	32	596	45.909	799
De 2016 a 2022	3.458	178.843	1.171	3.288	170.472	749
Total	4.142	228.663	1.203	3.979	225.245	1.548

O prazo médio para pagamento de sinistros judiciais é de 56 (cinquenta e seis) meses.

c) Movimentação da provisão de sinistros judiciais

	30/06/2022	30/06/2021
Montante de ações judiciais pagas no período corrente e que se encontravam provisionadas	10.285	15.651
Montante provisionado de ações judiciais pagas no período corrente e que se encontram provisionadas	51.506	50.306
Processos encerrados sem pagamento no período corrente, para os quais havia provisão constituída	10.887	12.026
Montante de ações judiciais pagas no período corrente e não provisionadas	3.108	3.487

23. PROVISÕES JUDICIAIS

a) Composição

	Provisões judiciais		Provisões		Depósitos ju	diciais (*)
Natureza	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021		
Trabalhistas	5.615	6.931	79	107		
Cíveis	13.620	13.340	58	465		
Fiscais (**)	-	-	2.142	2.090		
PIS/COFINS	-	=	2.142	2.067		
Outros	-	-	-	23		
Outros	-	-	52	-		
Total	19.235	20.271	2.331	2.662		

^(*) Não inclui depósitos judiciais referentes a sinistros em discussão judicial de R\$ 1.775 (R\$ 1.322 em 31 de dezembro de 2021).

b) Composição das ações judiciais de natureza fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda

		30/06/2022			31/12/2021
Quantidade	Valor do risco	Valor da provisão	Quantidade	Valor do risco	Valor da provisão

^(**) A probabilidade de perda é classificada como possível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

Fiscais	3	23.345	-	4	23.809	
Possível	3	23.345	-	4	23.809	-
Trabalhistas	10	9.332	5.615	12	7.874	6.931
Provável	6	5.615	5.615	9	6.931	6.931
Remota	4	3.717	-	3	943	-
Cíveis	979	33.171	13.620	4.508	30.750	13.340
Provável	390	13.620	13.620	494	13.340	13.340
Possível	545	17.192	-	471	14.964	-
Remota (*)	44	2.359	-	3.543	2.446	-
Total	992	65.848	19.235	4.524	62.433	20.271
(*) Saneamento de a	ações judiciais	sem impacto de	valores.			

Trabalhistas - A Seguradora responde a processos de natureza trabalhista, cujos objetos variam de acordo com a relação entre a Seguradora e a outra parte (contrato de trabalho ou prestação de serviços através de empresa interposta), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos advogados internos e da Administração.

Cíveis - Valores em risco decorrentes de processos judiciais não relacionados a operações de seguro ou relacionados a operações de seguro desde que não estejam ligados a coberturas securitárias, incluindo danos morais (quando não relacionados à cobertura securitária), ou ainda relacionados à cobertura securitárias pleiteada em casos em que se constate ausência de apólice, ou sobre riscos ocorridos fora da vigência da apólice. Os valores provisionados são atualizados mensalmente de acordo com a taxa IPCA-E e INPC, trabalhistas e cíveis, respectivamente, acrescidas de juros.

Fiscais - A Seguradora possui discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e amparada por seus assessores legais classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento. Os depósitos judiciais que possui são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa Selic, e são informados seus saldos com a data base de 30 de junho de 2022. A Seguradora não possuía registro contábil de contingência em 30 de junho de 2022 uma vez que suas ações judiciais são avaliadas com o risco possível, conforme demonstramos abaixo.

PIS/COFINS - Discute judicialmente a constitucionalidade da Lei 9.718/1998, de 27 de novembro de 1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre suas receitas operacionais e financeiras. Decisão de segunda instância favorável. Aguarda julgamento de Recursos Especial e Extraordinário. Considera como base de cálculo de referidos tributos sua base de prêmios de seguro. Probabilidade de perda classificada como possível.

A partir de janeiro de 2015, com a entrada em vigor da Lei 12.973/2014, de 13 de maio de 2015, entende que a base de cálculo destes tributos está limitada aos prêmios de seguros. Discute judicialmente a incidência de referidos tributos sobre as receitas financeiras decorrentes de investimentos financeiros oriundos de reservas técnicas. Julgada improcedente a ação judicial, em primeira e segunda instância. Interpostos Recursos Especial e Extraordinário, que aguardam julgamento. Em pedido de tutela de urgência, a este foi dado deferimento, suspendendo a exigibilidade dos valores de PIS/COFINS incidentes sobre os rendimentos financeiros gerados pelos ativos dados em garantia às reservas técnicas. Em março/2021, a Vice-presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região revogou de ofício a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários discutidos no referido processo. Após pedido apresentado perante a Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, houve a admissibilidade do Recurso Extraordinário apresentado pelas seguradoras. Em razão da referida admissibilidade, foi apresentado pedido de tutela de urgência perante o Supremo

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

Tribunal Federal para concessão de efeito suspensivo ao referido Recurso Extraordinário. O Supremo Tribunal Federal concedeu no dia 27/04/2021 o efeito suspensivo requerido. Portanto, atualmente, as seguradoras contam com a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários em discussão nesta Ação Judicial. Aguarda-se julgamento de Agravo Interno interposto pela União. A probabilidade de perda é classificada como possível. O valor total das receitas financeiras do período se encontra no quadro abaixo – itens I e II.

Para os períodos não relacionados, os tributos foram recolhidos.

Nota	Tese	Período	Probabilidade	Provi	são	Depós	ito	Valor o	lo risco
NOta	rese	Periodo	Probabilidade	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/202	30/06/2022	31/12/2021
(1)	COFINS Receita financeira lei n° 12.973/2014	06/2017 a 06/2022	POSSÍVEL	-	-	-	-	18.185	18.064
(II)	PIS Receita financeira lei n° 12.973/2014	06/2017 a 06/2022	POSSÍVEL	-	-	-	-	2.955	2.935
Total r	isco possível			-	-	-	-	21.140	20.999
Demais	s processos								
Nota	Tese	Período	Probabilidade	Provi	são	Depós	ito	Valor o	lo risco
NOta	rese	renouo	Fiobabilidade	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/202	30/06/2022	31/12/2021
(1)	PIS/COFINS Multa	01/2013 a 10/2013	POSSÍVEL	-	-	2.142	2.067	2.142	2.075
(2)	INSS Refis	-	POSSÍVEL	-	-	-	23	-	674
(3)	PIS/COFINS s/juros	2016	POSSÍVEL	-	-	-	-	63	61
Total r	isco possível			-	-	2.142	2.090	2.205	2.810

Nota (1) PIS/COFINS Multa - Discute diferença de recolhimento imposta por cálculo de multa de mora sobre recolhimento efetuado sob alcance de liminares que suspendiam a exigibilidade de PIS/COFINS. Decisão de primeira instância favorável. Aguarda julgamento de Apelação da União.

Nota (2) INSS Refis – Discutiu judicialmente a exigência de débitos recolhidos no parcelamento previsto na Lei 11.941/2009, de 27 de maio de 2009, exigidos em decorrência de erro no preenchimento de obrigações acessórias. Processo com trânsito em julgado, parcialmente favorável à Seguradora. Com a conversão em pagamento definitivo da parcela em favor da União, e levantamento pela Seguradora. do saldo de depósito remanescente, referente à parcela que lhe foi favorável, aguarda baixa definitiva do processo.

Nota (3) PIS/COFINS s/ juros – Discute exigência de PIS/COFINS sobre receitas financeiras decorrentes de adicionais de cobrança / juros na esfera administrativa. Aguarda julgamento.

c) Movimentação

	30/06/2022				30/	06/2021
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	6.931	13.340	20.271	3.985	13.419	17.404
Constituições/Reversões	1.169	(232)	937	2.642	150	2.792
Pagamentos	(3.069)	(826)	(3.895)	(75)	(2.071)	(2.146)
Atualização monetária	584	1.338	1.922	322	1.073	1.395
Saldo final	5.615	13.620	19.235	6.874	12.571	19.445

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 595.166 (R\$ 505.166 em 31 de dezembro de 2021), e está representado por 55.471.444 ações ordinárias, sem valor nominal (46.325.103 ações em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de março de 2022 foi aprovado o

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

aumento de capital no valor de R\$ 90.000 (processo SUSEP nº nº15414.650051/2021-25) representando o aumento de 9.146.341 ações ordinárias, sem valor nominal.

d) Reserva legal

Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para o aumento de capital social.

e) Reserva de investimentos

Criada com objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, entre outros. É constituída por parcela do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social, por proposta aos acionistas em Assembleia Geral.

f) Ajuste de títulos e valores mobiliários

Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários.

25. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

a) Principais ramos de atuação

	Prêmios ganhos		Sinistra	alidade	Comercialização	
Ramos de atuação	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Vida em grupo	328.987	323.811	82,95%	123,92%	16,66%	16,87%
Pessoas individual	38.627	39.894	23,05%	12,24%	0,10%	0,21%
Demais ramos	28.324	30.406	33,22%	38,24%	28,66%	23,34%
Total	395.938	394.111	73,55%	106,00%	15,90%	15,68%

	30/06/2022	30/06/2021
b) Prêmios emitidos	431.403	419.262
Prêmios diretos e aceitos	539.250	525.185
Prêmios emitidos	557.687	551.672
Prêmios cancelados	(18.437)	(26.487)
Prêmios de cosseguros cedidos	(107.847)	(105.923)
c) Variação das provisões técnicas	(35.465)	(25.151)
Provisão de prêmio não ganhos PPNG+RVNE	(33.176)	(22.581)
Provisão de excedente técnico – PET	(2.289)	(2.570)
d) Sinistros ocorridos	(291.221)	(417.770)
Sinistros	(292.005)	(441.186)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	5.052	31.170
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados – IBNeR	(401)	85
Provisão de despesas relacionadas – PDR	269	(2.935)
Serviço de assistência	(2.778)	(2.517)
Ressarcimentos	1.353	36
Outras despesas com sinistros	(2.711)	(2.423)
e) Custo de aquisição	(62.962)	(61.799)
Comissões	(48.509)	(42.242)
Recuperação de comissões	3.609	8.722

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

Comissão de estipulantes Variação dos custos de aquisição diferidos	(19.829) 2.781	(27.648) (2.008)
Outros custos de aquisição	(1.014)	1.377
f) Outras receitas e despesas operacionais	(9.525)	(11.538)
Apólices e contratos	(1.377)	(16.915)
Despesas com cobrança	(2.197)	(2.240)
Despesas com títulos de capitalização	(1.582)	(1.587)
Contingências cíveis	232	(150)
Endomarketing	(424)	(500)
Redução ao valor recuperável	(3.668)	10.660
Outras despesas	(509)	(806)
g) Resultado com operações de resseguro	(1.421)	(528)
Receitas com resseguro	5.463	7.456
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	5.930	7.221
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	(404)	157
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados -	(25)	33
IBNeR	, ,	33
Provisão de despesas relacionadas - PDR	(38)	45
Despesas com resseguro	(6.884)	(7.984)
Prêmio de resseguro	(7.336)	(8.345)
Prêmio de resseguro - reintegração	(610)	(657)
Variação das provisões técnicas de prêmio de resseguro	1.062	1.017
Outros resultados com resseguro	-	1
h) Despesas administrativas	(43.101)	(55.546)
Pessoal próprio	(18.400)	(29.688)
Serviços de terceiros	(14.856)	(16.720)
Localização e funcionamento	(3.983)	(4.882)
Publicidade e propaganda	(540)	(688)
Outras despesas administrativas	(5.322)	(3.568)
i) Despesas com tributos	(6.227)	(2.671)
COFINS	(4.754)	(1.377)
COFINS - Crédito tributário	199	(251)
PIS	(949)	(226)
PIS - Crédito tributário	339	(41)
Taxa de fiscalização	(763)	(639)
Outras despesas com tributos	(299)	(137)
j) Resultado financeiro	26.205	16.968
Receitas financeiras	31.901	27.715
Juros sobre ativos financeiros destinados a valor justo por meio do	14.154	1.591
resultado	_	
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	16.895	22.935
Rendimento com equivalente de caixa	91	22
Atualização monetária dos créditos tributários	157	45
Atualização monetária dos depósitos judiciais	137	9
Outras receitas financeiras	467 (5 696)	3.113
Despesas financeiras Atualização manatéria aphra proviação de sinistra a liquidar	(5.696)	(10.747)
Atualização monetária sobre provisões de sinistro a liquidar	(1.062)	(6.557)
Atualização monetária sobre provisões judiciais	(1.922)	(1.550)
Taxa de administração	(2.605)	(2.096)
Despesas financeiras de juros	(107)	(544)

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social

		30/06/2022		30/06/2021
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro (prejuízo) antes dos impostos e após participações	8.355	8.355	(139.667)	(139.667)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(2.077)	(1.253)	34.929	20.950
Diferenças temporárias	(214)	(129)	3.046	1.828
Diferenças permanentes	(95)	(57)	(54)	(32)
Prejuízo fiscal e base negativa	719	432	` -	· ,
Deduções incentivadas	30	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.637)	(1.007)	37.921	22.746
Constituição de crédito tributário	(505)	(303)	(3.046)	(1.828)
Ajuste de exercícios anteriores	-	(29)	(79)	-
Ajuste relativos ao exercício corrente	174	140	225	95
Crédito (Despesa) de imposto de renda e contribuição social	(1.968)	(1.199)	35.021	21.013
Alíquota efetiva (%)	24%	14%	25%	15%

b) Créditos tributários e previdenciários

Ativo	31/12/2021	Constituições	Dovoročeo	30/06/2022
	5.626	8.172	Reversões	11.786
Tributos a compensar PIS/COFINS	7.722	1.122	(2.012) (751)	8.093
Tributos retidos na fonte	2.538	1.122	(353)	2.320
Total circulante	2.536 15.886	9.429	(3.116)	22.199
Total circulante	15.000	5.425	(3.110)	22.199
Ativo e passivo não circulante Diferenças temporárias:				
Atualização monetária de depósito judicial	(416)	-	(30)	(446)
Provisão para riscos de crédito	3.360	5.547	(4.079)	4.828
Provisão para participação nos lucros	254	2.432	(2.686)	-
Contingências cíveis	5.336	177	(65)	5.448
Contingências trabalhistas	2.772	1.580	(2.107)	2.245
Outras provisões	14.232	2.288	(2.714)	13.806
Ajustes de títulos a valor justo TVM	20.849	9.117	· -	29.966
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	187.814	1.662	(2.842)	186.634
PIS/COFINS s/ PSL/IBNR	11.558	442	(276)	11.724
Total ativo e passivo não circulante	245.759	23.245	(14.799)	254.205
Ativo	31/12/2020	Constituições	Reversões	20/06/2024
				30/06/2021
Tributos a compensar	10.228	273	(4.291)	6.210
Tributos a compensar PIS/COFINS	10.228 10.678	273 1.543		6.210 9.790
Tributos a compensar PIS/COFINS Tributos retidos na fonte	10.228 10.678 1.837	273 1.543 402	(4.291) (2.431)	6.210 9.790 2.239
Tributos a compensar PIS/COFINS	10.228 10.678	273 1.543	(4.291)	6.210 9.790
Tributos a compensar PIS/COFINS Tributos retidos na fonte Total circulante Ativo e passivo não circulante Diferenças temporárias:	10.228 10.678 1.837	273 1.543 402 2.218	(4.291) (2.431)	6.210 9.790 2.239
Tributos a compensar PIS/COFINS Tributos retidos na fonte Total circulante Ativo e passivo não circulante Diferenças temporárias: Atualização monetária de depósito judicial	10.228 10.678 1.837 22.743	273 1.543 402 2.218	(4.291) (2.431) (6.722)	6.210 9.790 2.239 18.239 (402)
Tributos a compensar PIS/COFINS Tributos retidos na fonte Total circulante Ativo e passivo não circulante Diferenças temporárias: Atualização monetária de depósito judicial Provisão para riscos de crédito	10.228 10.678 1.837 22.743 (394) 10.355	273 1.543 402 2.218 (8) 4.792	(4.291) (2.431)	6.210 9.790 2.239 18.239 (402) 6.130
Tributos a compensar PIS/COFINS Tributos retidos na fonte Total circulante Ativo e passivo não circulante Diferenças temporárias: Atualização monetária de depósito judicial Provisão para riscos de crédito Provisão para participação nos lucros	10.228 10.678 1.837 22.743 (394) 10.355 464	273 1.543 402 2.218 (8) 4.792 271	(4.291) (2.431) - (6.722) (9.017) (503)	6.210 9.790 2.239 18.239 (402) 6.130 232
Tributos a compensar PIS/COFINS Tributos retidos na fonte Total circulante Ativo e passivo não circulante Diferenças temporárias: Atualização monetária de depósito judicial Provisão para riscos de crédito Provisão para participação nos lucros Contingências cíveis	10.228 10.678 1.837 22.743 (394) 10.355 464 5.368	273 1.543 402 2.218 (8) 4.792 271 192	(4.291) (2.431) - (6.722) (9.017) (503) (531)	6.210 9.790 2.239 18.239 (402) 6.130 232 5.029
Tributos a compensar PIS/COFINS Tributos retidos na fonte Total circulante Ativo e passivo não circulante Diferenças temporárias: Atualização monetária de depósito judicial Provisão para riscos de crédito Provisão para participação nos lucros Contingências cíveis Contingências trabalhistas	10.228 10.678 1.837 22.743 (394) 10.355 464 5.368 1.594	273 1.543 402 2.218 (8) 4.792 271 192 1.160	(4.291) (2.431) - (6.722) (9.017) (503) (531) (5)	6.210 9.790 2.239 18.239 (402) 6.130 232 5.029 2.749
Tributos a compensar PIS/COFINS Tributos retidos na fonte Total circulante Ativo e passivo não circulante Diferenças temporárias: Atualização monetária de depósito judicial Provisão para riscos de crédito Provisão para participação nos lucros Contingências cíveis Contingências trabalhistas Outras provisões	10.228 10.678 1.837 22.743 (394) 10.355 464 5.368 1.594 16.113	273 1.543 402 2.218 (8) 4.792 271 192 1.160 2.420	(4.291) (2.431) - (6.722) (9.017) (503) (531)	6.210 9.790 2.239 18.239 (402) 6.130 232 5.029 2.749 14.889
Tributos a compensar PIS/COFINS Tributos retidos na fonte Total circulante Ativo e passivo não circulante Diferenças temporárias: Atualização monetária de depósito judicial Provisão para riscos de crédito Provisão para participação nos lucros Contingências cíveis Contingências trabalhistas Outras provisões Ajustes de títulos a valor justo TVM	10.228 10.678 1.837 22.743 (394) 10.355 464 5.368 1.594 16.113 (13.534)	273 1.543 402 2.218 (8) 4.792 271 192 1.160 2.420 22.199	(4.291) (2.431) - (6.722) (9.017) (503) (531) (5)	6.210 9.790 2.239 18.239 (402) 6.130 232 5.029 2.749 14.889 8.665
Tributos a compensar PIS/COFINS Tributos retidos na fonte Total circulante Ativo e passivo não circulante Diferenças temporárias: Atualização monetária de depósito judicial Provisão para riscos de crédito Provisão para participação nos lucros Contingências cíveis Contingências trabalhistas Outras provisões Ajustes de títulos a valor justo TVM Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	10.228 10.678 1.837 22.743 (394) 10.355 464 5.368 1.594 16.113 (13.534) 118.644	273 1.543 402 2.218 (8) 4.792 271 192 1.160 2.420 22.199 60.655	(4.291) (2.431) - (6.722) (9.017) (503) (531) (5) (3.644)	6.210 9.790 2.239 18.239 (402) 6.130 232 5.029 2.749 14.889 8.665 179.299
Tributos a compensar PIS/COFINS Tributos retidos na fonte Total circulante Ativo e passivo não circulante Diferenças temporárias: Atualização monetária de depósito judicial Provisão para riscos de crédito Provisão para participação nos lucros Contingências cíveis Contingências trabalhistas Outras provisões Ajustes de títulos a valor justo TVM	10.228 10.678 1.837 22.743 (394) 10.355 464 5.368 1.594 16.113 (13.534)	273 1.543 402 2.218 (8) 4.792 271 192 1.160 2.420 22.199	(4.291) (2.431) - (6.722) (9.017) (503) (531) (5)	6.210 9.790 2.239 18.239 (402) 6.130 232 5.029 2.749 14.889 8.665

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

As constituições dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa estão fundamentadas em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis, estimativa de rentabilidade futura e projeções orçamentárias. Esse estudo técnico aponta para a geração de lucros tributáveis futuros, o que permitirá a realização destes créditos nos próximos anos, conforme quadro abaixo:

Ano	%
2022	1,35%
2023	5,96%
2024	6,38%
2025	10,59%
2026	10,59%
Anos subsequentes - até 2031	65,13%
Total	100.00%

27. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Seguradora proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições totalizaram R\$ 61 (R\$ 66 em 30 de junho de 2021).

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Seguradora, empresas que compõem o GRUPO MAPFRE, o Conglomerado Banco do Brasil S.A., seus Administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados.

Apresentamos as principais operações com partes relacionadas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

				30/06/2022		31/12/2021		30/06/2021	
Empresa		Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
Brasilseg Companhia de Seguros S.A. (5)	Empresa ligada	-	-	9.007	(4)			4.459	-
Clube Previvida de Seguridade (5)	Empresa ligada	14	7.203	10.998	(12.362)	-	3.579	28.842	(746)
MAC Investimentos S.A. (1)/(5)	Empresa ligada	1	6	13	(9)		289	20	(61)
MAPFRE Assistência Ltda. (1)/(2)/(5)	Empresa ligada	17	(151)	57	(2.025)	3	-	65	-
MAPFRE Brasil Participações S.A. (1)/(5)	Acionista indireta	5	444	30	(3.067)	5	142	95	(2.594)
MAPFRE Capitalização S.A. (1)/(3)/(5)	Empresa ligada	557	146	1.892	(3.123)	-	304	1.946	(3.110)
MAPFRE Investimentos e Participações S.A. (1)/(5)/(7)	Empresa ligada	-	14	10	(23)	615	-	20	-
MAPFRE Investimentos Ltda. (1)/(5)	Empresa ligada	5	1.612	11	(3.299)	2	-	92	-
MAPFRE Participações S.A. (5)/(10)	Acionista direta	-	-	-	-	-	718	-	-
MAPFRE Previdência S.A. (1)/(6)	Empresa ligada	135	-	1.177	(85)	-	87	20	(552)
MAPFRE RE Compañia de Reaseguros S.A. (4)	Empresa ligada	2.220	922	2.590	(2.730)	3.391	2.011	4.143	(2.652)
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros (4)	Empresa ligada	4.136	2.496	2.274	(3.687)	3.301	953	3.675	(4.045)
MAPFRE Saúde Ltda. (1)/(5)/(9)	Empresa ligada	3	32	2	(132)	-	14	5	(157)
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (1)/(5)	Empresa ligada	159	6.547	7.695	(28.831)	348	3.779	2.263	(36.475)
Protenseg Corretora de Seguros Ltda. (1)/(5)	Empresa ligada	1	1	8	(1)			12	-
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda. (1)/(5)	Empresa ligada	2	170	-	(382)			3	(131)
Vida Segura Clube de Seguros (5)	Empresa ligada	-	-	-	-	-	48	1	-
Viva Vida Clube de Seguros (5)	Empresa ligada	-	-	-	-			159	-
Demais empresas (5)/(8)	Empresa ligada	-	-	-	-			2	(21)
Total		7.255	19.442	35.764	(59.760)	7.665	11.924	45.822	(50.544)

¹⁾ Refere-se ao rateio de despesas administrativas e comerciais compartilhadas que é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada Seguradora, sobre o total de despesas incorridas por elas sob o comando da MAPFRE Participações S.A., no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na convenção do GRUPO MAPFRE.

²⁾ Refere-se a serviços com serviços de assistência 24h.

³⁾ Refere-se a compra de títulos de capitalização que são oferecidos em incentivo na venda de seguros.

⁴⁾ Refere-se a direitos e obrigações da operação de resseguro, cessão parcial ou total do risco assumido à Resseguradores. Os valores são calculados de acordo as disposições contratuais previamente definidas.

⁵⁾ Refere-se as atividades operacionais de seguro de vida da Seguradora.

⁶⁾ Seguro de vida dos Administradores e Colaboradores.

⁷⁾ Despesa com taxa de administração de investimentos.

⁸⁾ Refere-se a despesa com sistema de administração de apólice.

⁹⁾ Refere-se a convênio odontológico, porém o convênio de plano médico está em run-off.

¹⁰⁾ Refere-se à distribuição de dividendos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

É estabelecido anualmente, por meio da Assembleia Geral Ordinária, o montante global anual da remuneração e benefícios dos Administradores. Os montantes são pagos por outra Companhia do GRUPO MAPFRE.

A Seguradora não tem como política pagar a empregados e Administradores remuneração baseada em ações.

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria está instituído na empresa MAPFRE Participações S.A., nos termos da Resolução nº 432/2021, de 12 de novembro de 2021, do Conselho Nacional de Seguros Privados, tendo alcance sobre a Seguradora.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 30 de junho de 2022 (Em milhares de Reais)

* * *

Diretoria

Felipe Costa da Silveira Nascimento - Presidente Denia de Moura Francisco Eugênio Labourt Orlando Eliecer Ibarra Campo Raphael Bauer de Lima Roberto Junior de Antoni Simone Pereira Negrão

Contadora

Tálita de Fiume CRC 1SP 333939/O-0

Atuária

Vera Lúcia Fernandes Lopes MIBA 817

MAPFRE Participações S.A.

CNPJ/MF 12.264.857/0001-06

Livro de Registro de Relatórios do Comitê de Auditoria

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022

O Comitê de Auditoria da MAPFRE Participações S.A. é um órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, atuando de forma permanente e independente, com a finalidade precípua de revisar, previamente à sua divulgação, o conjunto de documentos que compõem as demonstrações financeiras e avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias externa e interna.

É constituído por quatro membros efetivos independentes e está instituído na empresa líder MAPFRE Participações S.A., em conformidade com a Resolução nº 432, de 12 de novembro de 2021, do Conselho Nacional de Seguros Privados. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral, com mandatos anuais e renováveis até o máximo de 5 (cinco) anos.

O universo de atuação do Comitê compreende a instituição líder e tem alcance sobre as seguintes empresas: MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A.

Os administradores da empresa líder e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações financeiras, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando, com independência, a efetividade das ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras das subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Avaliam, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e a adequação do sistema de controles internos e o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares.

Principais Atividades

O Comitê reuniu-se mensalmente e fez diligências e requisições de documentos e informações junto à administração, gestores de riscos e de controles internos e auditorias interna e externa. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Colegiado e estão adiante sintetizadas.

Nas reuniões de trabalho com administradores, executivos e técnicos das diversas áreas da Organização, o Comitê abordou, em especial, assuntos relacionados à preparação das demonstrações financeiras, o sistema de controles internos, processos contábeis, critérios e metodologias nas áreas atuarial, contábil e riscos, processo de gestão de riscos e relativos a transações com partes relacionadas. Nas situações em que identificou necessidades de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes das auditorias interna e externa, oportunidades em que verificou

MAPFRE Participações S.A.

CNPJ/MF 12.264.857/0001-06

Livro de Registro de Relatórios do Comitê de Auditoria

e debateu seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

Considerando as informações recebidas das áreas responsáveis, os trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Externa, o Comitê constatou a inexistência de falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade das empresas abrangidas.

Revisou as demonstrações financeiras, notas explicativas e o relatório da administração da MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A. e discutiu com os auditores independentes seus relatórios e apontamentos.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

- a) A Auditoria Interna é efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade;
- A Auditoria Externa é efetiva e as informações por ela fornecidas constituem suporte para a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer a independência dos seus trabalhos;
- c) As demonstrações financeiras da MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A. apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das empresas em 30 de junho de 2022 e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a legislação societária brasileira, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados SUSEP.

São Paulo (SP), 29 de agosto de 2022.

Ana Carolina Iervolino Pereira Mello **Membro titular**

Edgar Jabbour **Membro Titular**

Francisco Petros Oliveira Lima Papaathanasiadis Membro Titular

Luiz Cláudio Ligabue Coordenador e Membro Titular